

mudar a



vida

publicação do graal

44.

ABRIL / MAIO 1983

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

AGIR LOCALMENTE PENSAR GLOBALMENTE

A 14/15 de Maio realizou-se em Lisboa um encontro de signatários e apoiantes do documento «Para um aprofundamento da democracia».

Este número de «Mudar-a-Vida» apresenta excertos de alguns dos textos de base do encontro — textos que abrem perspectivas para um novo entendimento da prática socio-política no nosso país.



UMA NOVA PRÁTICA POLÍTICA

As instituições políticas convencionais têm-se mostrado inadequadas e viciadas, ao mesmo tempo que as políticas económicas se encontram num impasse, polarizadas como estão por um modelo de desenvolvimento assente no crescimento contínuo. Por outro lado, as inovações tecnológicas, os novos movimentos sociais, as transformações culturais, bem como a explosão demográfica, o esgotamento de certos recursos naturais, a ameaça da destruição nuclear, tudo isso cria novas situações que exigem novas respostas. Os poderes dominantes — presos a concepções políticas, económicas e sociais ultrapassadas e desvirtuadas — estão incapazes de encontrar soluções para estas novas situações. Não nos basta «modernizar» o antigo, precisamos de descobrir o novo. Não chega rectificar alguns erros da prática política, temos de encontrar uma outra prática.

Um dos nossos objectivos é o de dignificar a **democracia representativa**. Defendemos a aproximação entre as instituições e o povo, de modo a que os eleitos pelo voto popular expressem realmente os interesses sociais. Por isso desenvolveremos a nossa capacidade de intervenção, de crítica e de proposta perante os órgãos de soberania, os organismos autárquicos e em geral as estruturas do Estado.

Simultaneamente, afirmamos a nossa confiança na **democracia directa**, ou seja, na participação activa de todos os cidadãos nas decisões que lhes dizem res-

peito. Por isso nos empenhamos em promover todas as formas de democracia participativa, nos locais de trabalho e de residência, ou nas mais diversas manifestações de associativismo.

INTERVENÇÃO SOCIAL TRANSFORMADORA

Se a nossa responsabilidade política se exerce também ao nível do poder do Estado, ela só será enraizada e fecunda se se dirigir prioritariamente à transformação da sociedade. Por isso nos empenhamos em que os processos de transformação que germinam na sociedade portuguesa se articulem e ganhem expressão actuante. Muitas iniciativas dispersas já em curso poderão assim obter maior influência política e adquirir maior capacidade técnica, ao mesmo tempo que outras novas iniciativas surgirão, de modo a revitalizar o conjunto das nossas relações sociais, desde a produção até ao consumo, desde a utilização dos serviços públicos até aos sistemas de informação e de cultura.

Na nossa intervenção transformadora estaremos atentos à **permanente articulação entre o político, o económico e o cultural**. Assim evitaremos que a política seja o exercício de um poder meramente formal, que a economia seja reduzida à tecnocracia e que a cultura seja um luxo de privilegiados. A nova prática que procuramos englobará pois um novo projecto político, um novo modelo económico e uma nova concepção cultural.

Porque um dos nossos principais critérios é o de **agir localmente para pensar globalmente**, procuraremos que a nossa actuação seja concreta e enraizada, a partir do nível local. Tal enraizamento, porém, tem de vir a par com a crescente capacidade para aprofundarmos a nossa visão global das questões. Os problemas concretos de uma fábrica ou de uma escola, de uma cooperativa ou de um quartel, só podem ser compreendidos à luz do que se passa na cidade, na região, no país e mesmo — cada vez mais — no mundo inteiro.

Assim, a intervenção social transformadora tenderá para a definição de políticas sectoriais e, em última

análise, de um projecto político global. A intervenção local será pouco a pouco inseparável de uma actuação que diga respeito ao conjunto da sociedade, incluindo o nível das relações internacionais. A prática concreta contribuirá para formular programas globais e os programas contribuirão para orientar a prática concreta. Por isso, o processo que agora desencadeamos será necessariamente «localizado», descentralizado, regionalizado, mas também crescentemente globalizado através justamente da interligação do local e do sectorial.

RECRIAR A SOCIEDADE

Verificamos que a sociedade só está viva se encontra no seu seio a energia, a criatividade e os polos aglutinadores para se produzir a si mesma.

Se queremos viver num meio que respeite os nossos direitos e que estimule as nossas aspirações, não nos podemos ficar, mudos e quedos, à espera de um qualquer poder-providência que nos forneça os fins e os meios.

É no tecido da sociedade, nas instituições que a compõem, nas correntes que a atravessam, nos movimentos que nela surgem, nas normas de convivência que a sua identidade gera — é aí que a mesma sociedade se vai transformando e recriando.

Maria de Lourdes Pintasilgo
Documento de trabalho
Maio 1983

QUALIDADE ÉTICA

Individualmente não reivindicamos qualquer pretensão «superioridade moral», mas colectivamente propusémo-nos restituir à prática política a qualidade ética. De entre as exigências que esse empenhamento representa, temos salientado algumas que importa registar.

Antes de mais a **lealdade**, que não é só o respeito pelos compromissos assumidos, como ainda a eliminação do espírito de manobra em que costumam ser peritos os «iniciados» na «política». Esta atitude terá a ver também com a correcção de processos a fim de impedir em absoluto que as pessoas, individual ou colectivamente, se possam sentir instrumentalizadas ou manipuladas.

Exigência igualmente fundamental é a **clareza**. O nosso panorama político está tão cheio de linguagens cifradas, de subentendidos e de segundas intenções, de jogos de intoxicação, que se impõe uma linguagem clara e directa que possa restituir a credibilidade às palavras e a dignidade à comunicação humana.

Fora de qualquer «moralismo», como se a boa vontade bastasse para resolver os problemas sociais e políticos ou como se o nosso comportamento se limitasse ao do «grupo de amigos», teremos porém de cultivar **novas formas de convivência** que renunciem à sociedade fraterna por que lutamos, sem sistemas de dominação, sem elitismos, mas antes com a qualidade da relação que humanize a vida colectiva

PROJECTO MULTIPOLAR

Desaparecidos que estão os modelos das décadas do crescimento económico, apostamos na multiplicidade das iniciativas e na definição dos contornos dos problemas por aqueles que a eles estão directamente ligados.

Tanto quanto recusamos as soluções pontuais que são meras acções-aspirina também recusamos as soluções aparentemente globais que deixam falhas, intervalos e roturas e nos metem nos coletes de forças dos constrangimentos externos.

Não partimos dum projecto de sociedade definido a priori. É na medida exacta em que

surgem soluções que iremos contruindo tal projecto. Dele, só podemos afirmar, à partida, duas coordenadas fundamentais:

- *é aberto sobre o futuro, liberto de postulados ideológicos sectários mas assente em rigorosos princípios éticos e técnicos;*
- *é multipolar nas suas expressões, refletindo a diversidade do país, sem, no entanto, a pulverizar em experiências social e economicamente marginais.*

MLP
ibidem

RIGOR CIENTÍFICO

Embora aqui o termo «científico» tenha de ser entendido em sentido amplo, já que o domínio sócio-político não se confunde com o das ciências exactas, os nossos métodos devem guiar-se pela preocupação de rigor, indispensável à seriedade da acção política.

Temos de actuar longe da improvisação e do amadorismo, renunciando à facilidade das ideias feitas ou à superficialidade das análises infundadas. O caminho que empreendemos tem de assentar no diálogo entre as populações e os técnicos, sem que haja uns a ensinar e outros a aprender, mas diálogo onde **todos aprendemos uns dos outros**. Daí que os grupos a constituir deverão agregar «técnicos» e «não técnicos», para fugir aos meros gabinetes de «especialistas», ao mesmo tempo que o trabalho será — sempre que pos-

POLICENTRAR O SISTEMA SOCIAL

Trata-se de trazer à luz do dia o que as teleobjectivas de estatística e de ciência económica parecem ignorar: o tecido social na sua variedade de teias, redes e nós.

Noutros termos, trata-se de poli-centrar o sistema social, deixando de lado e contrariando abertamente as noções de «centro» e «periferia». Isto numa tripla referência:

- *cultural, porque há centro onde há sujeito individual e colectivo da história;*
- *tecnológica, porque há centro onde há*

sível — **interdisciplinar** para garantir a complementariedade das perspectivas.

Outra preocupação fundamental será a do **enraizamento na realidade**, única forma de ultrapassar o ideologismo abstracto e o verbalismo vazio. Passou o tempo dos esquemas de argumentação política construídos sobre grandes princípios que, dedutivamente, se vão traduzindo em programas, sem cuidar da sua adequação à realidade concreta do país. A via de elaboração de um projecto a adoptar, hoje, é uma via indutiva, a construir sobre a experiência, a reflexão e o empenhamento na procura de soluções.

Finalmente o rigor científico deverá traduzir-se no espírito crítico e no livre debate de ideias, contra todas as formas de dogmatismo. Simultaneamente teremos de desenvolver a nossa capacidade para **formular as aquisições da experiência**, registando e difundindo os ensinamentos da prática colectiva.

formas concretas de fazer e de saber fazer o necessário;

- *política, porque há centro onde há exercício de poder.*

Importa tornar operativo o poder disseminado na sociedade. Não basta reconhecer o poder técnico, económico, académico onde ele existe. É preciso verificar onde, como e quando cristalizam na sociedade todas as formas de poder.

MLP
ibidem

INOVAÇÃO CULTURAL

Confiamos na **criatividade** do processo que agora desencadeamos e na sua potencialidade para gerar novos fenómenos culturais, recusando sermos consumidores passivos de uma «cultura» massificada e dirigida, mas ousando sermos criadores, tanto de ideias e projectos, como de poesia e arte, como ainda de todas aquelas inovações que possam transformar o nosso quotidiano (os modelos de convivência, a relação com a terra e o ambiente, a relação entre o homem e a mulher, os padrões e estruturas de consumo...).

Para isso será importante o **reconhecimento da diversidade** e do enriquecimento mútuo que ela encerra. Contra a uniformização, valorizaremos a nossa diversidade: diversidade geográfica e cultural, diversidade de qualificações e de práticas profissionais, diversidade de experiências sociais e políticas, diversidade de situações pessoais, de níveis de motivação e de graus de disponibilidade.

Por último, a inovação cultural leva-nos ainda a desafiar muitas concepções correntes e a libertar muitas energias abafadas: **precisamos de novos paradigmas** para reflectirmos a realidade social e de novos padrões para a transformação das estruturas e do próprio exercício do poder político, sempre na direcção do aprofundamento da democracia.

O modo de nos organizarmos decorre, evidentemente, das premissas de que partimos e dos métodos que adoptamos. Como um organismo vivo que se auto-organiza, assim também nós temos de encontrar as formas da nossa própria organização.

A necessidade de organização surge por vários motivos: dar corpo aos compromissos que assumimos; superar o informalismo da base inicial; garantir a unidade de referência para todos os grupos e pessoas que se empenharem; assegurar a interligação do que é diverso e do que está disperso; garantir a democraticidade e a responsabilização de todo o processo; potenciar a nossa capacidade de intervenção aos vários níveis — local, sectorial e global.

Para corresponder a esta necessidade e para concretizar os critérios anteriormente formulados, as formas organizativas terão as seguintes características: **abertura**, contra qualquer sectarismo; **flexibilidade**, de modo a integrar a diversidade; **carácter progressivo**, para encontrar em cada fase do processo o tipo de organização que lhe é adequado; **descentralização**, para garantir o sentido «localizado» e regionalizado da acção.

Documento de trabalho
Maio, 1983

AUTO-ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Aquilo que nos propomos não é idealismo táctil nem fruto de um qualquer desencanto pela evolução política portuguesa.

Trata-se de um realismo bem concreto, exigido não só pela sociedade em que vivemos mas presente em todos os que, pelo mundo fora, se dão conta das imensas transformações dos últimos anos. «Havia uma fronteira entre a técnica e a sociedade», diz Philippe Roqueplo, «essa fronteira era invisível e nós ultrapassámo-la sem darmos por isso». Hoje, em todas as sociedades, estamos à procura de novos modos de viver, de gerir as relações, de organizar o mundo. E o que é impressionante é que, qualquer que seja o quadrante, as premissas são idênticas.

Assim, se o grupo de jovens sociólogos e economistas franceses e socialistas da geração de Maio de 1968 acaba de lançar uma revista em que se relativiza o impacto das instituições da democracia representativa, também há poucas semanas Giscard D'Estaing, numa conferência em Harvard, desenvolvia a tese de que são necessárias às democracias europeias novos mecanismos que completem o quadro parlamentar tradicional.

Enquanto na cultura latina se desenvolve o conceito da **auto-organização** da sociedade como a teoria política adaptada ao nosso tempo e se afirma a capacidade regenerativa da sociedade a partir de si própria, enquanto organismo vivo capaz de gerar uma nova organização das partes que a compõem, na cultura anglo-saxónica afirma-se, cada vez mais, a força dos movimentos fluidos, nascidos a partir das pessoas, dando origem a uma estrutura que nesses países é conhecida por «networking».

Uma das maiores economistas americanas diz-lhe claramente: «Estabelecer a articulação de pessoas e interesses é o modo organizacional mais forte, inteligente e integrador na cena social de hoje (...). Representa talvez uma nova maturação da inteligência humana e poderá ser o augúrio de uma nova etapa de transformação radical na evolução da consciência social, indispensável para a nossa sobrevivência»...

Auto-organização e articulação são, pois, preocupa-

ções, objectivos e métodos que partilhamos hoje com numerosos grupos nos mais variados países.

RELAÇÃO COM OS PODERES

Ao longo deste processo aberto, há duas preocupações a que teremos de tentar dar resposta, consoante as etapas.

A primeira questão é a da indispensável distinção entre, por um lado, os problemas que deverão ser equacionados e resolvidos ao nível do tecido social e dos seus múltiplos centros de poder, e, por outro lado, os problemas que têm de ser resolvidos ao nível das estruturas globais do Estado.

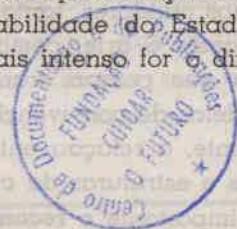
É indispensável distinguir, a partir da prática, o que é da responsabilidade dos cidadãos e o que é objecto da delegação de poderes. (Distinção exigida pelo imperativo de solução dos problemas e pela sanidade mental dos cidadãos!)

A segunda questão diz respeito à relação a estabelecer, em cada etapa do processo, entre esta forma de participação política e os poderes constituídos. Se tal relação se estabelecer de forma adequada, poder-se-á dizer que os próprios partidos políticos tenderão a enriquecer através dela a sua prática política tornando-se capazes de representar melhor os cidadãos devidamente organizados.

Além disso — e a longo prazo — poderá esperar-se que certas questões que têm sido controversas, quando tratadas em abstrato, se tornem susceptíveis de soluções pragmáticas, quando trabalhadas na base pelos cidadãos organizados.

A generalização de uma tal forma de intervenção política faz pensar num futuro melhor para o país. Só uma sociedade organizada em torno de participação aos vários níveis permite remeter para o poder político constituído as grandes questões que lhe são próprias, nomeadamente as que dizem respeito à ordem interna do Estado e à sua representação externa.

Assim, a estabilidade do Estado será tanto mais sólida quanto mais intenso for o dinamismo do corpo social.



MLP
ibidem

A QUEM SERVE?

Caracteriza-nos a convicção de que nenhuma actividade é apolítica, neutra, asséptica. Tentar fazer crer num estado de «inocência política» é, já em si, um acto marcadamente político.

Inseridos simultaneamente em sistemas de produção e de consumo, de ensino e de aprendizagem, de concepção e de execução, sabemos

que toda a actividade que realizamos é marcada por uma orientação política.

Por isso pairam, inevitavelmente, sobre cada actividade as questões: «para que serve? A quem serve?»

ibidem
MLP